

Entre pescadores e canhões, a Guerra chegou ao litoral: a experiência dos soldados na transformação da Artilharia de Costa brasileira (1942-1945)*

Between fishermen and cannons, the War reached the coast: The experience of soldiers in the transformation of Brazilian Coastal Artillery (1942-1945)

Sandro Teixeira Moita

Professor de História. Bacharel e Licenciado em História (UFF, 2003), Especialista em História Militar Brasileira (UNIRIO, 2011), Mestre em História Social (UNIRIO, 2013) e Doutorando em Ciências Militares (ECEME).

Rogério de Amorim Gonçalves

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Coronel da Reserva (R/1) do Exército Brasileiro. Especialista em História Militar Brasileira (UNIRIO, 2011) e Mestre em Ciências Militares (ECEME, 2020).

RESUMO

Os ataques de submarinos alemães ao longo da costa brasileira, no contexto da Batalha do Atlântico dentro da Segunda Guerra Mundial, impuseram elevados custos ao Brasil em vidas humanas e perdas materiais. Tais ações fizeram com que o país ingressasse na guerra ao lado dos Aliados, especialmente pelo esforço diplomático dos Estados Unidos da América, o que permitiu o acesso a material militar moderno para o Brasil. Isso estimulou o crescimento da Artilharia de Costa, especialidade vocacionada para a defesa do litoral existente no Exército, com ativação de unidades em diversos pontos da costa, especialmente após o torpedeamento de dois navios, *Baependy* e *Itagiba*, vitimando pessoal do Exército. Isto levou milhares de soldados ao litoral, onde junto a civis, experimentaram tensão, medo e pressão constante, apenas, para ao final da guerra, serem esquecidos.

PALAVRAS-CHAVE: Soldados da praia; Artilharia de Costa; Batalha do Atlântico; Segunda Guerra Mundial

ABSTRACT

*The attacks of German submarines along the Brazilian coast, in the context of the Battle of the Atlantic within the Second World War, imposed high costs on Brazil in human lives and material losses. Such actions led the country to join the war on the side of the Allies, especially through the diplomatic effort of the United States of America, which allowed access to modern military material for Brazil. This stimulated the growth of Coastal Artillery, a specialized Army branch dedicated to the defense of the coast, with the activation of units in several points of the coast, especially after the torpedoing of two ships, *Baependy* and *Itagiba*, killing Army personnel. This took thousands of soldiers to the coast, where together with civilians, they experienced tension, fear and constant pressure, only to be forgotten at the end of the war.*

KEYWORDS: *Soldiers of the beach; Coastal Artillery; Battle of the Atlantic; World War II*

*Artigo recebido em 2 de agosto de 2020 e aprovado para publicação em 30 de novembro de 2020.

Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 17, nº 33, p. 141-156 – 2021.

INTRODUÇÃO

A entrada no Brasil na Segunda Guerra Mundial é objeto de uma infinidade de estudos e pesquisas, entretanto, não se esgotaram as possibilidades de pesquisa decorrentes do envolvimento do país no conflito mundial e seus efeitos provenientes disto. Um exemplo é o impacto das ações de guerra submarina empreendidas pelo Eixo, em especial da Marinha alemã, com graves prejuízos para a Marinha Mercante Brasileira.

Esses impactos não ficaram circunscritos à Marinha de Guerra e à Marinha Mercante. O Exército Brasileiro também sofreu com a presença dos submarinos alemães nas costas brasileiras. A bordo dos navios *Baependy* e *Itagiba*, postos a pique pela ação germânica, eram transportados os efetivos de um Grupo de Artilharia e seus materiais de emprego militar: canhões, munições, dentre outros.

Assim, o objetivo do presente artigo, é o de mostrar como o impacto do ataque alemão ao *Baependy* e ao *Itagiba* impulsionou a promoção de mudanças e da reorganização da Artilharia do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial, com consequências como a expansão da Artilharia de Costa, até então timidamente desenvolvida no país. Também se pretende aqui demonstrar como essa rápida e dramática expansão se materializou para os soldados das unidades que foram enviados ao litoral e as consequências de suas experiências na defesa da costa. Os efeitos dessa reorganização se fizeram sentir mesmo para a preparação e envio de unidades de Artilharia para a Itália, integrando a Força Expedicionária Brasileira (FEB).

A Segunda Guerra Mundial, que estourou em 1939, impactou o governo brasileiro, que passou a se preparar para lidar com as consequências que o conflito teria sobre o país. De um lado se encontrava

a Alemanha, que tinha um grande fluxo comercial com o Brasil, por meio do qual foi feita a aquisição de materiais militares, destacando-se os canhões Krupp, famosos por sua robustez e capacidade (PEREIRA, 2015, pp. 56-57). Noutro lado estavam os Estados Unidos da América, nação a qual o Brasil sempre teve um relacionamento intenso, sendo o principal parceiro comercial nas Américas (MONTEIRO, 2013, p. 26).

A administração Roosevelt, dos Estados Unidos, tinha mudado a sua política externa para as Américas, buscando promover uma causa comum, a do pan-americanismo, por meio do qual seria mais fácil de coordenar uma defesa continental contra os avanços das nações nazifascistas, as quais eram percebidas pelos Estados Unidos como uma ameaça existencial. Assim, esforços começaram a ser feitos pela diplomacia norte-americana de se colocar como a liderança do continente americano, sem, no entanto, impor essa liderança pela força, mas por meio de ofertas de benefícios para aqueles que se colocassem ao seu lado (PEREIRA, 2015, p. 115).

A despeito da política externa brasileira, da busca de uma neutralidade que pudesse promover a segurança do país, despreparado e desequipado para um conflito de escala global, não havia como se isolar dos esforços americanos na construção de um bloco continental. As gestões foram sendo intensificadas entre 1938 e 1939, quando Oswaldo Aranha, simpático aos americanos, tornou-se Ministro das Relações Exteriores. Um convite feito pelo Presidente Roosevelt logo se tornou a Missão Aranha, abrindo espaço para negociações e aproximações entre os Estados Unidos e o Brasil, selando os Acordos de Washington (MOURA, 1991, p. 13).

Frutos da Missão Aranha e dos Acordos são os diversos grupos de trabalho que surgem no governo brasileiro a partir

de sugestões dos americanos, com o intuito de modernizar o Estado e a economia. Por meio da missão, estabeleceu-se também um mecanismo de discussão entre os Chefes de Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, General George Marshall, e do Exército Brasileiro, General Góis Monteiro (MCCANN, 2018, pp. 28-33).

Esse processo se acelera a partir da entrada dos Estados Unidos na guerra, em dezembro de 1941. A partir daí, a diplomacia americana terá forte impulso para trazer o Brasil para seu lado, por diversos condicionantes estratégicos que o Brasil poderia fornecer: matérias-primas vitais ao esforço de guerra, a utilização do Saliente Nordestino e a construção de diversos aeroportos e bases militares do Amapá a Bahia (PEREIRA, 2015, pp. 116-119).

Neste ínterim, em janeiro de 1942, ocorre a Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, no Rio de Janeiro. Os EUA queriam envolver o continente na guerra em que eles agora estavam envolvidos, e buscavam a solidariedade dos vizinhos para apoiar o seu esforço. As nações latino-americanas tinham recursos que interessavam aos EUA, como a borracha brasileira, vital para um exército moderno como os que estavam surgindo na Segunda Guerra, extensivamente motorizados e mecanizados (MCCANN, 2018, pp. 104-107).

A aproximação cada vez maior entre os EUA e o Brasil não passou despercebido do olhar alemão. O embaixador nazista no Rio de Janeiro não tinha boas relações com Oswaldo Aranha, a quem atribuía boa parte das gestões em torno da construção de uma aliança entre EUA e Brasil. Em diversas ocasiões, o ministro e o embaixador protagonizaram embates fortes, com o alemão tendo tentado em vários momentos ultrapassar o ministro e buscado apelar ao Presidente Getúlio Vargas (PEREIRA, 2015, pp. 42-45).

As conversações entre brasileiros e americanos avançavam lentamente no plano militar, posto que desconfianças e desentendimentos pautavam as reuniões entre os militares dos dois países. A influência dos Presidentes Roosevelt e Vargas começou a aparar as arestas do relacionamento. Os militares americanos não acreditavam que os brasileiros eram capazes de defender o país, enquanto os brasileiros não toleravam uma ideia articulada pelos americanos de posicionar tropas dos EUA no Nordeste brasileiro (MCCANN, 2018, p. 66).

Um fator importante para que os EUA aceitassem fazer concessões ante aos brasileiros, era o sistema de defesa hemisférica concebido em Washington: partindo da Islândia, passando pela Nova Escócia, apoiando-se no Caribe até a costa da Venezuela, com especial importância para o Saliente Nordestino, que, no ver da Marinha dos EUA, poderia servir de ponta de lança para uma presença de forças do Eixo no hemisfério, sem que os americanos tivessem capacidade de repelir (MCCANN, 2018, pp. 67-68).

Esses temores não eram infundados. O ano de 1941 viu o Eixo aumentar sua presença na África do Norte. O Terceiro Reich tinha obtido o aval da França de Vichy para a ocupação de cidades coloniais francesas, em especial, Dakar. Isso aumentava a pressão para que um acordo com o Brasil fosse materializado o quanto antes. Os militares brasileiros deixavam claro aos americanos que o país tinha como se defender, bastando material moderno e ajuda dos EUA no sentido de modernizar e industrializar o Brasil (MCCANN, 2018, pp. 73-82).

A Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, e os acordos políticos efetivados entre os EUA e o Brasil permitiram que o Nordeste fosse usado

como base logística às operações norte-americanas voltadas para as ações de guerra na Europa e na África. Os alemães, a partir de então, passaram a considerar o Brasil como inimigo e lançaram ataques de submarinos de sua frota contra navios mercantes brasileiros, mesmo que estivessem em águas territoriais, objetivando evitar o abastecimento de material de guerra para os EUA.

A AÇÃO DOS SUBMARINOS DO EIXO E AS PERDAS DE ARTILHARIA

Tendo assumido o compromisso internacional de romper as relações com o Eixo na Conferência dos Chanceleres no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, o Brasil passa a sofrer as consequências disto com os alemães lançando ataques contra navios brasileiros. As ações não eram feitas ao acaso, sendo supridas com informações obtidas por meio de redes de inteligência a serviço dos alemães no Brasil:

Geralmente, os espões que tinham base na capital federal eram comandados pelo engenheiro Albrecht Gustav Engels, codinome Alfredo, diretor da Cia Sul-América de Eletricidade, ocupação que apenas camuflava sua principal atividade. Engels tinha ótimas relações com a polícia e oficiais da Aeronáutica, a ponto de possuir um documento que lhe dava o direito de entrar em todas as instalações militares e de subir a bordo dos navios surtos em portos nacionais. (SANDER, 2007, p. 107).

Valendo-se de diversos meios, as redes de inteligência alemãs informavam a movimentação e deslocamentos realizados pela Marinha Mercante, especialmente usando radiodifusão. A despeito das ações de contrainteligência brasileiras, os alemães tinham informações a respei-

to de alvos nas costas brasileiras, apesar de serem algumas já obsoletas (PEREIRA, 2015, pp. 159-160).

Primeiro, os *U-Boats* atacaram navios brasileiros fora das águas nacionais. Mas logo os submarinos iniciaram ataques na costa brasileira. O ataque contra as linhas de cabotagem brasileiras foi aprovado por Hitler e previa inicialmente que os portos de Santos, do Rio de Janeiro e do Recife deveriam ser atacados por uma força de dez submarinos, que, além de destruir as instalações portuárias, afundariam indiscriminadamente todos os navios encontrados (PEREIRA, 2015, pp. 160-164).

Uma vez que tal investida levava alto risco para os navios alemães, e os resultados militares seriam relativamente pouco eficientes, a manobra foi cancelada. Os *U-boats* permaneceram em suas tarefas de patrulha no Atlântico e o *U-507*, liderado pelo Capitão de Corveta Harro Schacht, foi enviado para atuar na costa brasileira. Embora os audaciosos planos alemães tenham sido refreados, era imperativo parar a cadeia de suprimento fornecida pelo Brasil ao esforço de guerra dos EUA: borracha, manganês, diamantes, bauxita, ferro, níquel, titânio, berilo, cristais de quartzo, couros, carnes, laticínios e café (MONTEIRO, 2013, p. 27).

O mês de agosto de 1942 marcou a etapa final do processo de mudança de atitude do governo brasileiro em relação aos integrantes do Eixo. Os submarinos alemães desencadearam uma sucessão de ataques na costa brasileira torpedeando os navios mercantes *Baependy*, *Araquara*, *Aníbal Benévolo*, *Itagiba*, *Arará* e a barcaça *Jacira*. Após a declaração de guerra até o fim de 1942, o Brasil ainda perdeu mais doze navios. O governo brasileiro procurou amenizar as perdas materiais confiscando 16 navios alemães e italianos, mas o preço da aproximação com os EUA e da entrada do Brasil na

guerra estava sendo cobrado (MONTEIRO, 2013, pp. 27-29).

O primeiro choque para a Artilharia brasileira foi o afundamento do *Baependy*, navio que havia pertencido a uma empresa alemã antes de ser arrestado pelo governo brasileiro em 1917, durante a Primeira Guerra Mundial. Ele viajava de Salvador para Recife, levando 233 passageiros (entre eles militares do 7º Grupo de Artilharia de Dorso) e 73 tripulantes, sendo atacado nos primeiros minutos do dia 16 de agosto de 1942. O navio afundou rapidamente, em menos de cinco minutos, fazendo desaparecer 270 passageiros e tripulantes.

O Inquérito Policial Militar, aberto por ordem do Ministro da Guerra, chegou à seguinte conclusão: no dia 15 de agosto, quando o navio *Baependy*, do Loide Brasileiro, navegava para o norte do Brasil, depois de ter montado o farol do Rio Real, e de já ter navegado por duas horas, recebeu um torpedo do lado da proa e de boreste, e a seguir outro que o atingiu a meia-nau da mesma direção (CRUZ, 2017, p. 82).

Seriam 19 horas quando se deu o primeiro impacto, seguindo-se outro no minuto seguinte, tendo o navio submergido em três minutos. Nenhum aviso foi dado, nada foi percebido externamente que denunciasse a aproximação da embarcação agressora; apenas houve quem visse, sem identificar, um submarino flutuando, o qual projetou a luz de holofotes sobre o navio, instantes antes de lançar o primeiro torpedo. A surpresa e a grande rapidez com que o navio afundou impediram que fossem postas em execução as medidas de salvamento. Apenas uma baleeira foi arriada, e assim mesmo parece que por acaso (CRUZ, 2017, p. 87).

A bordo do navio, desde o porto do Rio de Janeiro, nenhum exercício de salvamento havia sido feito. Viajava-se sem grandes precauções; externamente so-

mente os faróis de navegação eram iluminados. As vigias e as vidraças do navio estavam pintadas com tinta opaca, mas havia passageiros descuidados que as deixavam abertas. Conforme depoimento das testemunhas e conclusão do relatório do inquérito feito pela Capitania dos Portos do estado do Sergipe, a perda do navio foi total (CRUZ, 2017, pp. 91-94).

Harro Schacht, comandante do *U-507*, prosseguiu com sua meta de ataque e horas depois torpedeou o navio *Araraquara*, que igualmente ao *Baependy*, navegava todo iluminado. Das 142 pessoas a bordo, apenas 11 sobreviveram. Ainda seguindo na mesma rota, o *U-507* encontrou o *Aníbal Benévolo* no fim da manhã do mesmo dia. Dois torpedos alemães alvejaram o navio, que afundou quase que imediatamente. Apenas quatro tripulantes se salvaram (MONTEIRO, 2013, pp. 80-82).

O capitão do *U-507* já poderia ter encerrado os ataques, porém, como ainda conduzia muitos torpedos e tinha bastante combustível, decidiu rumar para o Sul, onde encontrou e afundou no dia 17 outras duas embarcações. O primeiro foi o mercante *Itagiba*, que conseguiu ser evacuado a tempo, poupando a vida da maioria dos seus passageiros. O segundo foi o cargueiro *Arará*, que, ao observar a coluna de fumaça do *Itagiba*, deslocou-se para a área a fim de socorrer os náufragos e também foi torpedeado. O *U-507* só parou os ataques devido à aproximação de um avião de combate. O próximo ataque alemão poderia ter sido feito ao Cruzador *Rio Grande do Sul*, que realizava o resgate das vítimas (PEREIRA, 2015, pp. 221-223).

Autores põem em dúvida se a Marinha alemã executou uma ação de propaganda ou estritamente bélica. A região marítima ao largo do Brasil era secundária em termos de fluxo marítimo, ou seja, as zonas distantes da costa brasileira não possuíam representatividade marítima compará-

vel com a região da costa leste dos EUA (região onde aconteceram quase 70% das perdas hemisféricas no primeiro trimestre de 1942), do Golfo do México e do Caribe. Nessa região, a guerra submarina contra o comércio marítimo dos aliados foi travada em um cenário principal. Contabiliza-se que no ano de 1942, de janeiro a junho, 325 navios foram afundados no litoral e ao longo das Américas, quase a totalidade dos quais ocupavam a porção norte do hemisfério (GOMES FILHO, 2006, pp. 58-59).

Em outras palavras, o Atlântico Sul era um teatro secundário para as operações submarinas do Eixo (é importante frisar que durante todo o ano de 1942 nenhum submarino do Eixo foi afundado ao largo do litoral do Brasil). Em virtude disso, verifica-se que a guerra submarina travada no sul do continente americano pouco interesse desperta entre os pesquisadores estrangeiros, mas não sabem eles, ou não visam saber, se as ações dos submarinos do Eixo no Atlântico Sul foram travadas em zonas afastadas do litoral, ou próximas deste, e ainda se deixaram marcas profundas e indeléveis, depois da declaração de guerra do Brasil.

Os torpedeamentos dos navios mercantes *Baependy*, *Araraquara*, *Aníbal Benévolo*, *Itagiba* e *Arará* que ocorreram entre os dias 15 e 17 de agosto de 1942, se constituíram em um dos episódios mais dramáticos da história contemporânea do Brasil – essa é a mensagem circulada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O comunicado é forte, com tom emocional: fala-se em “atrocidades que foram planejadas” praticadas por submarinos atuando sob bandeira da cruz suástica. A reação popular é grande e furiosa e impulsiona o Brasil, pressionando o governo a declarar guerra à Itália e à Alemanha (MONTEIRO, 2013, p. 126).

De fato, é mesmo assombroso pensar que somente uma embarcação inimiga te-

nha sido capaz de arrastar o Brasil para a guerra. A despeito das movimentações do governo brasileiro, e das próprias crenças pessoais de Vargas, ainda assim, o *modus operandi* do comandante do submarino *U-507* ficou evidente quando ganhou a costa e, entre 15 a 19 de agosto, no trecho entre Salvador e Maceió, afundou cinco navios e uma barcaça nacionais, num total de 14.795 toneladas, acarretando o sacrifício de 607 vidas, entre mortos e desaparecidos (DUARTE, 1968, pp. 109-110).

No que se refere à Artilharia brasileira, vale destacar a perda de grande parte do efetivo do 7º Grupo de Artilharia de Dorso (7º GADo) que estava a bordo do *Baependy* e do *Itagiba*: em torno de 100 militares, entre oficiais, sargentos, cabos, soldados e familiares, inclusive o comandante do 7º GADo (Major Landérico de Albuquerque Lima) e seu estado-maior – Capitão Nestor Goes Ferreira, Capitão Osvaldo José Monteiro, Tenente Luiz Claudio Assunção e Tenente José Alves Acioli, entre outros (MONTEIRO, 2013, pp. 62-70).

Esse efetivo militar se deslocava para Recife a fim de reforçar a defesa do Saliente Nordeste, dentro dos planos concebidos pelo Exército, motivados pelo temor de um ataque do Eixo, mais especificamente dos alemães. O envio de unidades também servia para deixar claro aos EUA que o Brasil não toleraria uma ocupação militar disfarçada de cooperação, como desejavam alguns oficiais do Exército dos EUA (MCCANN, 2018, pp. 125-126).

A REORGANIZAÇÃO DA ARTILHARIA DE COSTA

Em face da situação de beligerância, o Exército Brasileiro promoveu a sua ampliação: organizou e equipou novos setores militares do Norte-Nordeste considerados como regiões vitais de defesa do Brasil, promoveu o desdobramento da até então embrionária defesa de costa, e

retomou, sob novas bases, a discussão do problema das aquisições do material bélico de todo tipo, sem o qual perduraria o Exército ineficiente e fraco.

No que se refere à Artilharia de Costa, verdadeiramente existente, antes apenas no Rio de Janeiro e Santos, foi profunda a evolução implementada, constituindo-se seus primeiros núcleos de ação em Belém, Natal, Fernando de Noronha, Recife, Salvador, Imituba e Rio Grande – todos com Grupos de Artilharia de Costa.

Surgia a Artilharia de Costa Móvel que se dividia em Motorizada e Ferroviária. O acontecimento mais marcante da Segunda Grande Guerra, no que referia à Artilharia de Costa, foi a criação de unidades de defesa móvel. Tornada possível com a aquisição feita ao governo dos Estados Unidos de canhões de suas fortificações do Panamá dos calibres 6 polegadas (152,4mm) e 7 polegadas (177,8mm), os quais se destinavam a constituir Grupos Móveis de Artilharia de Costa, dispendo também de modernos projetores Sperry (FORTES, 2001, p. 187).

A premência das medidas relacionadas com a vigilância do litoral em oposição a ações de desembarque nazifascistas na Ilha de Fernando de Noronha e no Saliente Nordestino determinou que ali se fizesse a criação dessas novas unidades, os Grupos Móveis de Artilharia de Costa (GMAC) assim como oficiais e graduados de Artilharia passaram a ser estacionados em diversos pontos da costa considerados favoráveis a desembarques, controlando vilas de pescadores, que passaram a agir como observadores ativos na defesa do litoral. A transferência do 7º GADO para Olinda, a bordo do *Baependy* e do *Itagiba*, estava inscrita nesta lógica (FORTES, 2001, p. 186).

O Exército Brasileiro ativou o Teatro de Operações Nordeste (TO Nordeste) em meados de 1941. Divisões começa-

ram a ser criadas para a defesa da região. A 7ª Divisão de Infantaria tinha como área de responsabilidade os estados de Alagoas e Pernambuco, no chamado Setor Sul do TO Nordeste, enquanto o Setor Norte era defendido pela 14ª Divisão de Infantaria, que respondia por Paraíba e Rio Grande do Norte. Neste setor, uma grande base aérea foi construída assim como instalações navais de vulto, que apoiavam as operações de forças brasileiras e dos EUA. Também se processou a ocupação militar de Fernando de Noronha, uma vez que tal ponto poderia servir a campanha submarina do Eixo, se tomado por aquela aliança (DARÓZ, 2017, p. 26).

A urgência de dotar o litoral com medidas defensivas para a proteção da costa de desembarques, ações do tipo comandos, e mesmo parada de ressurgimento de submarinos do Eixo tornava imperiosa a mobilização de unidades com material e pessoal capazes de impedir, ou ao menos retardar qualquer ação inimiga. Para isto, foram ativadas ou transferidas uma série de unidades descritas a seguir:

1º Grupo Móvel de Artilharia de Costa (1º GMAC): criado pelo Decreto-Lei 4.074, de 31 de janeiro de 1942, foi mandado organizar na 7ª Região Militar (PE, AL, RN e PB), com destino à guarnição da Ilha de Fernando de Noronha, o 1º Grupo Móvel de Artilharia de Costa, com duas baterias de dois canhões de 152 mm e uma seção de projetores Sperry (FORTES, 2001, p. 187).

2º e 3º Grupos Móveis de Artilharia de Costa (2º GMAC e 3º GMAC): criados pelo Decreto-Lei 4.441, de 26 de junho de 1942, a serem organizados na capital federal, Rio de Janeiro, com destino à 7ª Região Militar (PE, AL, RN e PB), sendo os seus primeiros comandantes os majores José Carlos Pinto Filho e Paulo Rosas Pinto Pessoa, respectivamente, que os levaram para Natal e Olinda (FORTES, 2001, p. 188).

4º e 5º Grupos Móveis de Artilharia de Costa (4º GMAC e 5º GMAC): pelos Decretos-Leis 4.672 e 4.673, de 9 de setembro de 1942, sendo que o 4º GMAC foi enviado para a 7ª Região Militar e, o 5º GMAC, este para a 1ª Região Militar (RJ). Seus comandantes foram os Majores Altamiro da Fonseca Braga, que conduziu o 4º para Salvador, e Nelson Bittencourt de Oliveira, que instalou o 5º em caráter provisório, em quartel no bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro em 26 de outubro de 1942 (FORTES, 2001, p. 188).

6º Grupo Móvel de Artilharia de Costa (6º GMAC): criado pelo Decreto-Lei 4.715, de 18 de setembro de 1942, na 2ª Região Militar (SP), sendo mandado instalar no quartel do 4º Batalhão de Caçadores, em São Paulo, com destino à Praia Grande, no litoral de São Vicente (FORTES, 2001, p. 188).

7º Grupo Móvel de Artilharia de Costa (7º GMAC): criado pelo Decreto-Lei 4.714, de 18 de setembro de 1942, com destino à 3ª Região Militar (RS), teve início de instalação no Rio de Janeiro, pelo seu primeiro comandante, Major Fernando Bruce. Em 11 de novembro de 1942, embarcou para a cidade de Rio Grande (RS), escolhida como sua sede, visando a defender o acesso ao importante porto estadual e à Lagoa dos Patos (FORTES, 2001, p. 188).

Bateria de Projétores do Distrito de Defesa de Costa – Alguns projétores foram reunidos numa subunidade, a 1ª Bateria de Projétores, criada pelo Decreto-Lei 4.610, de 22 de agosto de 1942, e organizada em 30 de outubro, com sede junto ao Forte de Copacabana, compondo sistema importante para a realização dos tiros contra embarcações, especialmente em condições noturnas, contribuindo para a defesa da capital federal (FORTES, 2001, p. 188).

Com as medidas adotadas por meio da criação de diversas unidades em 1942, assim como a aquisição de material junto aos EUA e a presença de material recebi-

do pelo contrato de 1938 com a Alemanha, os anos de 1943 e 1944 observaram um incremento ainda maior na composição da Artilharia de Costa brasileira, toda enquadrada em uma Grande Unidade comandada por oficial-general. No ínterim de manter reforçada a defesa da costa, além de um destacamento no Forte da Laje, no Rio de Janeiro, foram ativadas as Baterias Isoladas da Artilharia de Costa (BIAC) em diversos pontos do território nacional (FORTES, 2001, p. 189), especificados a seguir:

- 1ª BIAC e Forte Marechal Hermes – em Macaé, no estado do Rio de Janeiro;
- 2ª BIAC e Forte Barão do Rio Branco – na barra do porto do Rio de Janeiro (Setor Leste);
- 3ª BIAC e Forte do Imbuí – na barra do porto do Rio de Janeiro (Setor Leste);
- 4ª BIAC e Forte Duque de Caxias – na barra do porto do Rio de Janeiro (Setor Oeste);
- 5ª BIAC e Forte de Munduba – na barra do porto de Santos;
- 6ª BIAC e Forte Marechal Luz – em São Francisco do Sul, no estado de Santa Catarina;
- 7ª BIAC e Forte Marechal Moura – em Naufragados, no estado de Santa Catarina;
- 8ª BIAC e Forte de Óbidos – em Óbidos, no estado do Pará;
- 9ª BIAC e Forte da Ilha do Mel – em Paranaguá, no estado do Paraná.

Fora a criação das Baterias Isoladas, o ano de 1943 assistiu à criação de mais quatro unidades de Artilharia de Costa, começando pela 1ª Bateria Móvel de Artilharia de Costa (1ª BMAC) criada pelo Decreto-Lei 5.276, de 24 de fevereiro de 1943, na 8ª Região Militar (PA), com sede em Belém, composta de três peças de 152 mm (FORTES, 2001, p. 189).

Por meio do Decreto-Lei 5.370, de 2 de abril de 1943, foi criado o 13º Grupo Móvel de Artilharia de Costa (13º GMAC), com sede em Niterói, estado do Rio de Janeiro. Este grupo tinha uma característica diferenciada, sendo destinado a guarnecer a Artilharia ferroviária, equipado com canhões de 7 polegadas (177,8 mm). Sua sede definitiva era na Estação de Barreto, Niterói (RJ), ponto inicial das linhas do ramal de Cabo Frio, da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 24 de abril de 1945, o 13º GMAC, pelo Aviso 1.156, passou a chamar-se 12º Grupo Ferroviário de Artilharia de Costa, mas teve curta existência, ficando depois sem efetivo, pois além de seu elevado custo de manutenção, ocorreu a eliminação do trecho ferroviário em que se deslocava (FORTES, 2001, p. 190).

O 8º Grupo Móvel de Artilharia de Costa (8º GMAC) foi criado pelo Decreto-Lei 5.519, de 25 de maio de 1943, na capital federal. Absorveu o 5º GMAC, que estava sem efetivo, e instalou-se no quartel deste no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro. Já o 12º Grupo Móvel de Artilharia de Costa (12º GMAC), criado pelo Decreto-Lei 5.680, de 20 de julho de 1943, organizado em Curitiba, na 5ª Região Militar (PR e SC), seguiu para Florianópolis, com destino a Imbituba (SC), dispondo de uma bateria em Laguna. Seus primeiros elementos chegaram a Laguna em 25 de setembro de 1943 e a 1ª Bateria do 2º GMAC instalou-se em Imbituba (FORTES, 2001, p. 190).

Em novembro de 1943, foi nomeada uma comissão de oficiais de Artilharia e engenheiros militares para proceder aos estudos de reconhecimento e escolha de posições para novas baterias costeiras de canhões de 12 polegadas, que se esperava obter nos EUA, e para os estudos individuais das obras de fortificação correspondentes, no escopo de um plano de defesa da capital federal.

Foram levantados os problemas relacionados com as novas baterias a serem criadas com material de Artilharia de calibre de 12 polegadas e a implantação de dois grupos desse armamento no litoral do então distrito federal e do estado do Rio de Janeiro, respectivamente, de um lado e do outro da entrada da Baía de Guanabara. Previu-se um grupo com canhões de 14 polegadas ou de 400 mm para a região Joatinga-Marisco, cobrindo as áreas não batidas pelos grupos de 12 polegadas, inclusas na área perigosa de onde o adversário poderia bombardear os pontos sensíveis da antiga capital federal e as instalações do porto, sem que fosse atingido pela Artilharia de Costa (FORTES, 2001, p. 191).

O plano tinha como objetivos: criar uma zona de perfuração das couraças laterais dos navios, na entrada da Baía de Guanabara (pontas de Itaipu e de Copacabana); permitir ao máximo as possibilidades de tiro das baterias das fortificações já existentes; permitir a livre entrada e saída do porto pelas Forças Navais brasileiras e aliadas (FORTES, 2001, p. 191).

Estabelecia forte proteção contra o bombardeio, como obras fortificadas, túneis abertos na rocha ou estruturas concretadas, tudo sob proteção antiaérea adequada, de acordo com os ensinamentos da Segunda Guerra Mundial, não só para a artilharia primária (de 14 polegadas para cima), como para a secundária (calibres inferiores a 14 polegadas), devendo os esforços futuros serem somados no sentido do aumento da dotação da artilharia primária, em detrimento da secundária (FORTES, 2001, p. 192).

Diante da conjuntura internacional no início de 1944, com as vitórias aliadas no mar e a derrota do Eixo no norte da África em 1943, decidiu o governo reduzir os efetivos concentrados em Fernando de Noronha e no Nordeste. Por isso foi criada a 2ª

Bateria Móvel de Artilharia de Costa, pelo Decreto-Lei 6.843, de 9 de maio de 1944, para ter sede na referida ilha, e, na mesma oportunidade, o 1º Grupo Móvel de Artilharia de Costa foi transferido para Vitória, no estado do Espírito Santo. A organização da 2ª Bateria se fez com aproveitamento de material, parte do pessoal e dos recursos do 1º GMAC (FORTES, 2001, p. 193).

Quando da organização da Força Expedicionária Brasileira, enviada ao teatro de operações da Itália, em virtude dos entendimentos do governo brasileiro e os aliados, deu a Artilharia de Costa sua participação decisiva, apoiando especialmente a constituição da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) com oficiais e praças dos diversos grupos e reservistas convocados pela sua alta especialização, que preencheram vagas de diversas funções relacionadas com a direção do tiro e as comunicações, com as quais estavam familiarizados pelo conhecimento dos métodos norte-americanos de tiro e de instrução, obtidas nos cursos do Centro de Instrução de Artilharia de Costa (CIAC), depois Escola de Artilharia de Costa. Destaca-se, no caso, a contribuição que foi dada pelos diversos Grupos Móveis de Artilharia de Costa, contribuindo com pessoal para constituir a Bateria de Comando da Artilharia Divisionária da 1ª DIE (FORTES, 2001, p. 193).

Com o fim da guerra na Europa, a Artilharia de Costa brasileira passaria pela desmobilização, com a desativação de diversas unidades e a redução de efetivos. O material seria aproveitado para substituir peças defasadas e antigas em fortificações do Exército. Foram suspensas as convocações de oficiais e reservistas e retomadas as atividades de instrução quanto ao tiro costeiro de Artilharia, tanto nas unidades operacionais quanto na Escola de Artilharia de Costa. Oficiais e praças retornados da Itália, foram reincorporados às suas

unidades, passando os ensinamentos de quem tinha vivido a experiência real de combate (FORTES, 2001, p. 194).

A GUERRA CHEGOU À PRAIA: CIVIS E MILITARES NA DEFESA DO LITORAL

A rápida expansão das unidades de Artilharia de Costa deixaria uma marca nos locais onde foram posicionadas. O emprego da tropa, com pessoal espalhado ao longo do litoral, apoiando-se em ajuda de civis para a efetiva defesa da costa, provocou mudanças no panorama social. Gente simples e com pouca instrução formal, mas considerada essencial para a Defesa Nacional, os pescadores logo se viram enfrentando uma ameaça complexa, na figura da guerra submarina do Eixo. A mobilização dessas populações era algo já considerado nos planejamentos militares da década de 1920, dado o risco corrido pelo Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (DUARTE, 1971, pp. 251-252).

Missões da Marinha de Guerra, em especial as do Cruzador *José Bonifácio*, comandado pelo Capitão de Mar e Guerra Frederico Vilar, foram essenciais para criar um sistema que seria testado pela Segunda Guerra Mundial. Entre 1919 e 1923, o Comandante Vilar e sua tripulação fundaram colônias de pesca pelo Brasil. Buscava-se integrar os pescadores à sociedade, por meio da implantação de escolas e postos de saneamento, por causa das endemias constantes e péssimas condições sanitárias que afetavam aquelas populações. Cada colônia era reunida em grupos, os quais respondiam à Capitania dos Portos, enquadrando-as na estrutura do Ministério da Marinha (DUARTE, 1971, p. 253).

A despeito de mais de oitocentas colônias terem sido fundadas com tal estrutura, em 1932, a autoridade sobre elas passou do Ministério da Marinha para o Ministério da Agricultura, medida que só foi revertida em 1942, já depois da declara-

ção de guerra do Brasil ao Eixo. Entretanto, medidas como a educação nas colônias e a comercialização da pesca permaneceram sob o controle da pasta da Agricultura, que também deveria organizar cooperativas e cuidar do aspecto médico e social destas (DUARTE, 1971, p. 256).

O envolvimento do Exército com a defesa no litoral, em especial do Saliente Nordeste se daria de maneira mais acelerada a partir de meados de 1942. Fatores como a demorada mobilização de meios e pessoal fizeram com que os comandantes das Brigadas de Infantaria sediadas no Nordeste organizassem a costa em “Zonas de Vigilância”, onde cada concentração praieira receberia um militar, que exerceria a função de chefe do setor a que estava designado. Na documentação militar, os pescadores foram designados como observadores e responsáveis pela vigilância do litoral, devendo reportar todo avistamento de embarcações (DUARTE, 1971, p. 257).

A questão do controle do Exército sobre as colônias de pescadores não se deu sempre de maneira pacífica. Rivalidades e descoordenação entre a Marinha, a Força Aérea e o Exército impediam o fluxo correto das informações, posto que os pescadores estavam mais acostumados a lidarem com oficiais e praças da Marinha do que das outras Forças. O ano de 1942 foi consumido por um entrevero burocrático que somente se encerrou a 15 de janeiro de 1943, quando o Estado-Maior da Armada formalizou entendimento com o Estado-Maior do Exército, criando-se uma estrutura de compartilhamento de informações de inteligência entre militares das duas Forças (DUARTE, 1971, pp. 265-269).

Entre o final de 1942 e início de 1943, unidades de Infantaria e Artilharia do Exército, especialmente Artilharia de Costa, começaram a ser deslocadas para o Nordeste, para defenderem posições de

eventuais ataques do Eixo e manterem vigilância cerrada. Daí, características diversas marcaram as relações entre militares e pescadores. Nas colônias onde foram designados pessoal de Infantaria, “batalhões de guerrilheiros” surgiam. Onde o pessoal de Artilharia foi posto, os pescadores eram treinados como observadores (DUARTE, 1971, pp. 270-278).

O treinamento constante, que girava em torno da figura do militar ou dos militares que habitavam a colônia, deixaram profundas marcas na mentalidade dos pescadores, sujeitos a uma rotina diferenciada de vida. Longos períodos de observação da costa aliados a tensão e ao temor de não deixar escapar nada, devido às tragédias dos afundamentos já ocorridos, geravam forte carga psicológica nos pescadores, apanhados de surpresa pelo conflito e as obrigações a eles impostas.

O impacto das histórias dos torpedeamentos chegava aos ouvidos dos pescadores, sendo recebido com um misto de emoções: a visão dos corpos das vítimas, o acolhimento dos naufragos, os destroços das embarcações, as mercadorias e demais itens que chegavam às praias serviam como elementos que inseriam os pescadores na dinâmica da guerra. Embora não combatessem, eles estavam sujeitos aos estresses da atividade bélica, uma vez que o inimigo submarino passou a fazer parte de seu imaginário, como ameaça real e presente (CRUZ, 2011, p. 26).

O grande número de militares mobilizados para a defesa da costa e sua inserção nas colônias de pescadores agravaram problemas já existentes, como a falta de acesso a recursos básicos, como água encanada, alimentação de qualidade, apoio médico. A tropa passou a padecer com as doenças e endemias que flagelavam a população pesqueira, posto que, salvo raras exceções, não houve nenhuma adaptação a sua chegada às colônias,

tendo que se valer das precárias moradias locais (CARVALHO, 2009, p. 66).

Galpões improvisados, abrigos construídos com palhas de coqueiro e barracas de campanha eram os locais onde os militares praiheiros tinham para dormir ou descansar. Não houve ação na maior parte dos comandos para que fossem construídas instalações que dessem conforto à tropa. A urgência da ocupação do litoral junto à carestia de recursos tornava a tarefa ainda mais difícil. Outro elemento que complicava o emprego dos soldados advinha do fato que, em sua maioria, os homens mobilizados vinham do campo, com baixa escolaridade e pouco acesso aos serviços públicos, o que gerava uma mudança de atitude no momento em que se tornavam soldados, uma vez que experimentavam o “ter poder” ao serem dotados de armamento e responsabilidades (CARVALHO, 2009, pp. 73-74).

Há um erro comum, quando se trata da experiência dos militares praiheiros: por não integrarem a Força Expedicionária Brasileira ou a Marinha na dura campanha antissubmarino da Batalha do Atlântico, existe um mito de que seu serviço teria sido tranquilo e doce. Nada mais falso. As privações constantes, a variedade de doenças que abalavam até militares de bom condicionamento físico, forçando ações como a transferência de unidades inteiras do litoral remoto para as grandes capitais, afetavam suas capacidades operacionais e combativas. A rotina de patrulhas constantes, treinamentos com armamento, em especial os canhões costeiros, feitos para enfrentar navios, causavam choques com mudanças nas populações locais, em especial, nas colônias, mas também nas cidades. A chegada de grandes contingentes de soldados vindos do Sudeste e Sul mudou até o panorama das capitais nordestinas, tomando-se os exemplos de Recife, Maceió e Natal, ao

que se deve também computar o impacto da presença de tropas americanas, no contexto do esforço de guerra aliado (CARVALHO, 2009, p. 75).

A alimentação era um dos fatores que tornava difícil a vida da tropa nas praias. Submetidos a uma dieta de farinha, feijão e charque, sem que existisse outra opção. Embora existisse um esforço para tentar melhorar a dieta dos soldados, estes acabavam sendo salvos pela colaboração dos pescadores, que lhes davam peixe e alguns outros alimentos, o que mitigava um pouco o sofrimento nas longas vigílias. A água, quase sempre salobra, condições péssimas de higiene e o desconhecimento dos soldados quanto ao preparo de alimentos geravam uma comida de má qualidade, que diminuía a imunidade da tropa, afetando seu desempenho. Os pescadores muitas vezes foram o alento da tropa, não só por dividir com eles as dificuldades das jornadas, mas também por compartilhar o pouco que tinham (CARVALHO, 2009, p. 67).

A evacuação de doentes e feridos também constituía um laço entre os soldados e a população local. Dada a baixa motorização do Exército até a Segunda Guerra Mundial, com a gasolina fortemente racionada, a tropa contava com o apoio da população local, especialmente usineiros e proprietários de terra, para atender as necessidades dos soldados em matéria de veículos. A carestia de meios era compensada com o apoio local, e, em caso de invasão, a tropa se deslocaria mais em veículos civis que militares (CARVALHO, 2009, p. 68).

A precariedade que caracterizou a mobilização de militares e civis para a defesa do litoral demonstrava-se até na falta das rotinas comuns às instituições militares: muitos homens convocados não receberam fardamento ou o receberam em quantidade insuficiente, as formaturas eram raras, assim como os treinamentos

foram bem diferenciados dos que ocorriam nos quartéis. Isto contribuiu para o pernicioso mito já citado anteriormente, de que, os militares praieiros e civis que estavam junto a eles teriam tido tranquilo serviço nas praias, algo que foi decisivo para o silenciamento da memória e para o esquecimento destes no pós-guerra (CARVALHO, 2009, p. 70).

Muitos dos soldados eram homens convocados de zonas rurais Brasil adentro, vindo de diferentes regiões, o que agudizava o processo de estranhamento com as populações locais. Unidades tinham seu pessoal composto por pessoal proveniente do Amazonas ao Rio Grande do Sul. As diferenças culturais influíam na alimentação e no trato com o litoral, posto que muitos destes homens, por terem sido criados no campo, estavam vendo o mar pela primeira vez. A guerra era uma experiência nova em suas vidas, trazendo um mundo imenso consigo (MACEDO, 2009, pp. 99-100).

A solidão era constante e, mesmo com a camaradagem típica dos tempos de guerra, os militares praieiros sofreram bastante com a distância das famílias. Isto foi um dos principais motivos para que muitos deles, com o fim da guerra, procurassem deixar o Exército, para retornar à vida civil e se reinserir no núcleo familiar. Designados para lugares longínquos de suas antigas moradas, o desejo de sair da guerra e retornar à vida que levavam moveram muitos soldados a pedirem o desligamento (MACEDO, 2009, pp. 108-110).

O rápido desligamento do Exército fez com que os soldados que foram para o litoral sofressem ainda mais que alguns dos homens que voltaram da Itália. Se para estes houve celebrações e festas quando de seu retorno, nada esperava os militares praieiros, salvo suas famílias. O esquecimento lhes cobriu rapidamente, e seu serviço ao Brasil foi deixado de

lado, causando-lhes profundas marcas psicológicas. Abandonados e sem terem seus sacrifícios reconhecidos, voltaram às suas antigas profissões, ainda tendo de lidar com mitos como o que de seus serviços na guerra teriam sido pacatos e tranquilos. A luta por compensações e reconhecimento levou muito tempo, sendo que os militares praieiros só obtiveram isto com leis editadas em 1949, 1962 e 1968 (MACEDO, 2009, pp. 111-112).

Essa luta não se findou aí. A dor do serviço à Pátria não reconhecido, ou tratado de forma jocosa ("marajás da praia"), após a publicação das leis, fora a querela legal, dado que muitos militares praieiros não tiveram seus direitos concedidos pela justiça num primeiro momento. Depressão e desprezo foram algumas das coisas enfrentadas por estes homens, que, mesmo após o reconhecimento, pois até nas associações de ex-combatentes eram relegados à categoria daqueles que não tinham ido à Itália, foram deixados de lado, permanecendo esquecidos (CRUZ, 2011, pp. 33-34).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Artilharia brasileira passou por diversas transformações, levando-se em conta o período de neutralidade, o rompimento das relações diplomáticas e, finalmente, o período de declaração de guerra até o fim do conflito. Apesar das dificuldades impostas, observou-se que o Exército fez o melhor que pode para dotar o litoral brasileiro com diversas unidades de Artilharia de Costa com material que pudesse ser efetivo, dada a precariedade que lhe caracterizava.

A entrada dos EUA no conflito mundial ocasionou uma mudança das relações de poder nas Américas, uma vez que as nações do continente estavam mais próximas desta nação do que do Eixo, o que acabou levando a ações de força por parte dos alemães, principalmente, contra o Brasil. O potencial geoestratégico do Saliente

Nordestino assim como as exportações vitais para o esforço de guerra dos EUA eram importantes demais para que os alemães deixassem incólume a costa brasileira.

A situação brasileira se agravou quando o País rompeu relações diplomáticas com a Alemanha e a Itália, a partir de janeiro de 1942. A ameaça de um possível ataque das forças do Eixo passou a ser considerada nos planos de defesa interna do Exército em qualquer região do litoral brasileiro, com prioridade no Nordeste do país. Porém, o Exército assessorava o Presidente da República a não entrar em combate com os alemães e italianos devido à sua deficiência, tanto em material, como em pessoal, incapazes de atender a todos os pontos sensíveis de defesa do litoral.

Com os torpedeamentos na costa brasileira, a trágica perda de grande parte do pessoal e material do 7º Grupo de Artilharia de Dorso e a consequente declaração de guerra, em agosto de 1942, as unidades de Artilharia, assim como todas as demais, foram reorganizadas com objetivos reais de combate, tanto na defesa costeira e territorial, como também na participação além-mar nos campos da Itália. A Artilharia de Costa ganhou importância, uma vez que o extenso litoral precisava ser guarnecido e defendido de qualquer ataque inimigo vindo do mar.

Os torpedeamentos por submarinos alemães na costa brasileira contribuíram de forma incontestável para a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Tal fato ocasionou a reorganização de pessoal e material militar e, além disso, a criação de organizações militares voltadas para a defesa de todo o território nacional, e não apenas como era antes, época em que só havia unidades nos pontos considerados estratégicos para a defesa do País. A mudança de material de Artilharia, passando do alemão, como os canhões Krupp, para os obuseiros norte-americanos, foi outro acontecimento de relevância que o Exér-

cito teve que se adequar em face do emprego e apoio dos EUA no conflito.

A tragédia dos afundamentos foi decisiva não só porque demonstrou a fragilidade brasileira ante a um inimigo experimentado e ardiloso, mas também serviu a um vigoroso reequipamento das Forças Armadas, vital para as operações a serem empreendidas em mar, terra e ar. De fato, em 1943, a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira, operando junto a forças aeronavais dos EUA baseadas no Nordeste, tinham se tornado hábeis caçadores de submarinos do Eixo, impondo baixas irre recuperáveis àquela aliança.

No caso do Exército Brasileiro, a guerra trouxe, para além de uma forte modernização e crescimento de efetivo, uma mudança real de postura, pois a ameaça nazista fez com que, passados setenta anos desde a última guerra que havia ameaçado o território nacional, a guerra contra o Paraguai (1864-1870), fosse ativado um Teatro de Operações, com a convocação de reservistas, compra de material militar e um real esforço de dotar a costa de um sistema eficiente de defesa, algo que até então era apenas almejado e, por limitações econômicas e políticas, não fora feito. A guerra impôs a necessidade, embora o sistema tenha existido plenamente apenas enquanto o fenômeno bélico durou.

As experiências vividas por milhares de homens convocados para o serviço militar e civis nas colônias de pescadores demonstram que não somente os militares da Força Expedicionária Brasileira viveram momentos excruciantes; também aqueles que estiveram nas praias, na defesa da costa, sofreram com as agruras da guerra, mesmo sem os combates que caracterizaram a passagem da tropa pela Itália. Longas noites em vigília, expostos a intempéries, doenças e à precariedade das instalações, quando existiam, marcaram profundamente a jornada desses homens.

O medo do mar, entre 1942 e 1945, representava mais do que apenas a fonte do sustento dos pescadores, mas agora, um local onde o inimigo podia estar presente, mesmo que não fosse visto, algo comum à guerra submarina. As patrulhas com duração por boa parte dos dias e noites, que consumiam os soldados e civis arregimentados para a tarefa, e o medo aliado à tensão de poder estar em contato com o inimigo a qualquer momento extenuavam qualquer um, além de expor todos a erros, que ocorriam eventualmente.

O fim da guerra e a desativação das unidades impuseram dois golpes, no qual a Artilharia de Costa se confundiu com seus soldados: primeiro, sua diminuição como ramo especializado dentro do Exército, com a extinção de muitas unidades após a guerra. As unidades restantes enfrentaram um processo no qual tiveram de manter os materiais adquiridos durante a guerra ativos, mesmo que obsoletos, até a década de 1990, quando ela foi extinta.

Em segundo lugar, o esquecimento dos militares praiheiros e civis, que tiveram sua contribuição para o Brasil duramente questionada, não só por não terem composto a Força Expedicionária Brasileira, mas por terem seu serviço considerado como “fácil”. Diferentemente da Itália, onde a tropa era apoiada pela logística aliada, os soldados brasileiros do litoral experimentaram doenças diversas, instalações precárias, quando não estavam expostos ao relento e à fome. Como se isso não fosse bastante, ainda travaram longa batalha para serem reconhecidos.

A experiência da rápida expansão da Artilharia de Costa em face da precariedade de materiais e meios demonstra não só as dificuldades enfrentadas pelo Brasil, advindas de seu atraso tecnológico, mas também social, postos que homens de pouca ou nenhuma instrução foram colocados para operar sistemas de armas que exigiam muito de seus operadores, em um ambiente complexo, contra um inimigo capaz e experimentado. Embora pouco observadas, mazelas sociais têm papel relevante para a Defesa Nacional, visto que soldados com problemas de saúde derivados de uma alimentação pobre, com baixa instrução e pouca mobilidade afetarão o modo como uma Força Armada se comportará em sua atividade-fim: a guerra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Virgínia Mercês Guimarães. *Ex-combatentes do Brasil – entre a história e a memória*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2009.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *Submarinos no Mar & Soldados na Praia: A militarização da costa sergipana no tempo da II Guerra (1942-1945)*. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*. Maceió, v. 5, n. 8, p. 25-35, 2011.

_____. *“Guerra do Atlântico na costa do Brasil”: rastros, restos e aura dos U-boats no litoral de Sergipe e da Bahia (1942-1945)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2017.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. *A artilharia brasileira e a defesa de Fernando de Noronha durante a 2ª Guerra Mundial*. *Tiempo y Espacio*. Caracas, v. 27, n. 67, p. 21-43, 2017.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Dias de Guerra no Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1968.

_____. *O Nordeste na II Guerra Mundial – Antecedentes e Ocupação*. Rio de Janeiro: Record, 1971.

FORTES, Hugo G. Borges, *Canhões cruzados*. Rio de Janeiro: Bibliex. 2001.

GOMES FILHO, Elísio. U-507: um estudo interpretativo das ações de um submarino alemão nas águas brasileiras. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 56-71, 2006.

MACEDO, Ranielle Cavalcante de. *História, memória e espaços: experiências dos ex-combatentes de Parelhas-RN na defesa do litoral brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. UFRN. 2009.

MCCANN, Frank. *Brazil and the United States during World War II and Its Aftermath: Negotiating Alliance and Balancing Giants*. Durham: Springer, 2018.

MONTEIRO, Marcelo. *U-507: O submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Bibliex. 2013.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

PEREIRA, Durval Lourenço. *Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2015.

SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

